

Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado de Louis Althusser

Roberto A. Goto*

Advertência

Esta paráfrase de **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado** foi escrita em 1979. Faz parte de um trabalho mais extenso — “Em torno de Althusser” — produzido no final de um curso — “Estudo Crítico da Escola Contemporânea” — que freqüentei na PUC de São Paulo. Como é próprio de toda resenha, não seria prático esperar desta algo mais que uma tentativa de explicação ou explicitação das idéias do autor — o que, evidentemente, não implica uma neutralidade de ponto de vista. Este existe, e é claro que não deve ficar a salvo de discussões e críticas posteriores.

Por enquanto, é preciso dizer que o que me leva a a enviá-la para publicação nesta revista — em resposta a uma solicitação do amigo Professor Geraldo Inácio Filho — é a esperança de que os últimos anos não tenham apagado o que julgo ser as suas duas únicas virtudes: o didatismo e alguma clareza de expressão. Por causa delas, e a despeito da superficialidade e do estilo repetitivo, a paráfrase talvez continue sendo útil para que estudantes de Filosofia e Pedagogia leiam com olhos livres (parodiando Oswald de Andrade) o trabalho do filósofo francês, já incluído numa biblioteca básica de Filosofia e Ciência política, ainda que o autor persista sendo alvo de um reconhecimento negativo (um conferencista — marxista — falando num encontro de professores de Filosofia do 2º grau: reconhece o

* Professor de Filosofia da E.E.P.S.G. Dom João Néry, em Campinas — SP.

interesse do que Althusser escreveu a respeito da especificidade da dialética de Marx em relação à de Hegel, mas não recomenda "de forma alguma" a leitura de seus livros).

Beneficiado pela distância em anos que nos separa (e principalmente os estudantes de hoje) dos tempos de ouro e chumbo do estruturalismo como da época em que era moda afirmar-se "contra Althusser" — embora não tanto quanto vinha sendo moda dizer-se "a favor de Gramsci" —, o professor universitário que se der ao trabalho de recorrer a esta resenha certamente não terá dificuldades em evitar ou contornar os riscos do passionalismo; lançando mão dos recursos de que dispõe para realizar uma leitura com o devido distanciamento crítico, poderá relativizar as idéias, contrapor as posições do autor às de seus críticos, historicizar o debate e renová-lo para nele introduzir os problemas que o momento atual (da crise da escola e da política) propõe. É evidente, neste sentido, que a resenha não dispensa — antes implica — a leitura analítica e crítica da bibliografia de e sobre Althusser.

(fev/87)

1. Introdução ao problema da reprodução

Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado é um texto — adverte a revista *La Pensée*, onde foi publicado — "constituído por dois extratos de um estudo em curso" (portanto, não definitivo). Como sugere o título, um deles seria representado pela parte sobre os aparelhos Ideológicos, o outro pelo capítulo sobre a Ideologia. *La Pensée* também informa que "o autor quis intitulá-los 'Notas para uma investigação'" porque "as idéias expostas não devem ser consideradas mais do que uma introdução a uma discussão".

O ensaio é a retomada de um problema específico — aquele diz respeito à "necessidade de renovar os meios de produção para que seja possível a produção". Reiterando Marx, seu autor lembra que "a condição final da produção é a reprodução das condições de produção" e que "o processo de produção utiliza as forças produtivas existentes **em** e **sob** relações de produção definidas", concluindo que "toda formação social deve, para existir e produzir, e ao mesmo tempo em que produz, reproduz (...): 1) as forças produ-

tivas; 2) as relações de produção existentes"¹.

2. Reprodução das forças produtivas

Althusser discute a reprodução das forças produtivas subdividindo-a em: reprodução dos meios de produção; reprodução da força de trabalho.

Assinala que a reprodução dos meios de produção deve ser pensada ao nível da sociedade — e não simplesmente no da empresa —, pois pressupõe e implica uma interdependência, uma "espécie de corrente sem fim" em que um capitalista supre (e é suprido por) outro.

A reprodução da força de trabalho é abordada em dois níveis: a reprodução propriamente dita da força de trabalho, isto é, sua reprodução física; a reprodução das habilidades e capacidade, em última análise, da competência da força de trabalho. A primeira é assegurada pelo salário, isto é, uma quantidade de valor mínima necessária para a sobrevivência e a reprodução biológica da classe operária, mínimo este que é definido por necessidades históricas que o proletariado faz valerem em sua "dupla luta de classes: contra o aumento da jor-

nada de trabalho e contra a diminuição dos salários". Por sua vez, a reprodução da qualificação da força de trabalho, de modo a que ela se torne "apta para ser utilizada no sistema complexo do processo de produção", se realiza "cada vez mais, fora da produção: através do sistema educativo capitalista e por outras agências e instituições". O autor fornece alguns exemplos: na escola, além das habilidades (o saber-fazer), ensinam-se "regras de respeito à divisão social-técnica do trabalho, e em última análise, da ordem estabelecida pela dominação de classe"; e não apenas aos operários, mas também aos "futuros capitalistas e seus servidores". Assim reproduzem-se a "submissão à ideologia dominante" pelo operário e a "capacidade de manipulação da ideologia dominante" pelos "agentes da exploração e da repressão, a fim de que assegurem o predomínio da classe dominante também 'pela palavra'".

Com isto, entra em cena a estrela do ensaio: a ideologia. Esta, porém, não mais que mostra as pernas, enquanto o apresentador aproveita para lembrar que, depois de estudar "as formas de reprodução das forças produtivas, vale dizer, dos meios de produção por um lado e da força de trabalho por outro", é tempo de

1. O texto utilizado para esta resenha é uma tradução espanhola assinada por Alberto J. Plá que circulava em reproduções mimeografadas numa universidade de Campinas. Por esta razão e porque a paráfrase acompanha invariavelmente a seqüência do estudo de Althusser, não vejo motivo para numerar as citações.

focalizar a reprodução das relações de produção. "Porém, para ter meios de fazê-lo, devemos efetuar um grande desvio", que consiste em "repensar nossa velha questão: o que é uma sociedade?" Althusser só retomará a questão da reprodução das relações de produção depois dos tópicos "Infra-estrutura e Superestrutura", "O Estado", "De Teoria Descritiva à Teoria Geral", "O Essencial da Teoria Marxista do Estado" e "Os Aparelhos Ideológicos de Estado" — através deles, contudo, estarão sendo desenvolvidos os elementos necessários à compreensão e discussão da questão acima, com a qual o autor poderá dar por terminado o primeiro extrato do seu "estudo em curso", passando então ao segundo, dedicado à ideologia.

Vamos ao desvio.

3. **Sociedade, Estado, Aparelhos Ideológicos**

Para definir "o que é uma sociedade", Althusser recorre "à concepção marxista de totalidade" e diz que Marx "concebeu a estrutura de toda a sociedade como constituída por 'níveis' ou 'instâncias' articuladas por uma determinação específica: a infra-estrutura ou base econômica ('unidade' das forças produtivas e das relações de produção) e a superestrutura, que inclui em si dois 'níveis' ou 'instâncias': a jurídico-política (o direito e o Estado) e a ideologia (as distintas ideologias, religiosas, moral, jurídica, política, etc.)".

O autor classifica esta representação como a "metáfora de um edifício", cuja finalidade é indicar que é a infra-estrutura que sustenta e determina, "em última instância", a superestrutura. Na terminologia althusseriana, um "índice de eficácia" daria conta da gradação (da intensidade) da determinação. Assim, a infra-estrutura exerce sobre a superestrutura uma determinação cuja eficácia se estende numa escala que vai até a de "última instância". Por seu turno, o índice de eficácia da superestrutura (sobre a infra-estrutura) é ele próprio determinado pelo índice de eficácia da infra-estrutura, o que significa que a superestrutura só determina a infra-estrutura na medida que é determinada por esta.

Segundo Althusser, o papel da superestrutura, de acordo com este modelo, vem sendo pensado pela tradição marxista sob duas formas: 1) existe uma "autonomia relativa" da superestrutura com relação à base; 2) existe uma "ação de retorno" da superestrutura sobre a base. Resta o problema, assinala, de "pensar no que a tradição marxista designa com os termos conjuntos da autonomia relativa e ação de retorno da superestrutura sobre a base". A "metáfora do edifício", neste caso, oferece um inconveniente: descreve mas não explica.

No lugar da metáfora — ou do que ele assim denomina —, o ensaísta propõe que se parta da categoria de reprodução, "para que se esclareçam muitas questões

cuja existência a metáfora espacial do edifício indicava, sem dar-lhes resposta conceitual". Passa, então, a analisar as instâncias da superestrutura (o Estado e a ideologia) "do ponto de vista da prática e da produção, de um lado, e da reprodução, de outro".

A tradição marxista, conforme Althusser, concebe o Estado "explicitamente como aparelho repressivo (...), uma 'máquina de repressão' que permite às classes dominantes (...) assegurar sua dominação sobre a classe operária para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista)". Este "aparelho repressivo" compreende a polícia, os tribunais, as prisões, o exército e, acima desse conjunto, o chefe de Estado, o Governo, a Administração.

A "teoria descritiva do Estado" distingue entre o poder de Estado e a aparelho de Estado. Em resumo, isto significa que, para Marx e Lênin, toda luta de classe política gira em torno "da detenção, isto é, da tomada e conservação do poder de Estado por certa classe ou por aliança ou por frações de classes"; todavia, uma vez tomado o poder de Estado, o aparelho de Estado pode "permanecer em pé", sem ser modificado; portanto, "o proletariado deve apoderar-se do poder de Estado para destruir o aparelho de Estado burguês existente e, numa primeira etapa, substituí-los por um aparelho de Estado diferente, proletário...".

Partindo desta distinção, o autor irá propor o que considera sua contribuição à teoria marxista do Estado, levando-a a superar o estágio descritivo. O que ele acrescenta à teoria é uma complexidade que, em sua opinião, os clássicos do marxismo já percebiam em sua prática política mas que não puderam expressar numa teoria correspondente. A exceção é Gramsci, "o único que se internou pelo caminho por nós adotado", isto é, o único que "teve esta idéia 'singular' de que o Estado não se reduzia ao aparelho (repressivo) do Estado, mas também incluía, como ele dizia, certo número de instituições da 'sociedade civil': a Igreja, as escolas, os sindicatos, etc". Mas "Gramsci, lamentavelmente, não sistematizou suas intuições, que permaneceram no estado de notas agudas, porém parciais".

Procurando "esboçar" esta sistematização, Althusser mostra de que forma o Estado mergulha naquilo que Gramsci denominou de "sociedade civil" (de que forma, portanto, a superestrutura "relativamente autônoma" exerceria sua "ação de retorno" sobre a infraestrutura), através dos "Aparelhos Ideológicos de Estado". Estes aparelhos constituem uma "realidade que se manifesta junto ao aparelho (repressivo) do Estado, mas que não se confunde com ele"; representam um "certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas".

Depois de propor uma lista empírica e provisória de Aparelhos Ideológicos de Estado, o autor indica as diferenças que haveria entre eles e o Aparelho Repressivo: Há só um Aparelho Repressivo, coeso e organizado, e vários Aparelhos Ideológicos, difusos e dispersos pela "sociedade civil", todavia constituindo uma unidade em sua pluralidade; 2) o Aparelho Repressivo é do domínio público, enquanto os Aparelhos Ideológicos pertencem, aparentemente, ao domínio privado (o que pode provocar a objeção: como então se pode considerá-los aparelhos **do** Estado? Althusser afirma que esta é, no fundo, uma distinção falsa, uma vez que — como mostrou Gramsci — a distinção entre público e privado é uma distinção interna do direito burguês, e o Estado não é público nem privado, mas a condição de toda distinção entre um e outro); 3) por fim, a diferença fundamental — enquanto o Aparelho Repressivo do Estado funciona massiva e predominantemente com a violência, os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam massiva e predominantemente com a ideologia (com a palavra), o que não impede que o primeiro funcione secundariamente com a ideologia e os últimos secundariamente com a repressão.

Ao analisar o funcionamento dos Aparelhos Ideológicos de Estado, Althusser tira estas conclusões: 1) a classe dominante, que detém o poder de Estado, toma parte ativa nos Aparelhos Ideoló-

gicos, uma vez que é a ideologia dominante que neles se realiza; 2) "nenhuma classe pode deter normalmente o poder de Estado sem exercer ao mesmo tempo sua hegemonia **sobre e nos** Aparelhos Ideológicos de Estado", tal como indica, por exemplo, a preocupação de Lênin por revolucionar a educação em bases soviéticas; 3) "a classe (ou aliança de classes) no poder não pode impor a lei nos Aparelhos Ideológicos de Estado tão facilmente quanto no Aparelho (repressivo) de Estado, não só porque as antigas classes dominantes podem conservar neles posições fortes durante muito tempo, como também porque a resistência das classes exploradas pode encontrar o meio e a ocasião de expressar-se neles, seja utilizando as contradições, seja conquistando posições de combate através da luta"; 4) portanto, "os Aparelhos Ideológicos de Estado podem ser não só o **objeto** mas também o **lugar** da luta de classes e, constantemente, de formas concretas da luta de classes", embora esta esteja "enraizada" na infra-estrutura, nas relações de produção, e "transborde" os Aparelhos Ideológicos de Estado.

4. Reprodução das relações de produção

Feito esse longo desvio, o autor está em condições de retomar a questão da reprodução das relações de produção, que havia deixado em suspenso. Pergunta como se dá tal reprodução. E responde:

de acordo com a linguagem tópica (a "metáfora do edifício"), "diremos (que) está assegurada, em grande parte, pela superestrutura, jurídico-política e ideológica". Mas, como se pretende superar esta linguagem e abarcar a complexidade do fenômeno, é preciso explicitar, com base nos conceitos desenvolvidos, que ela "está assegurada, em grande parte, pelo exercício do poder nos Aparelhos de Estado: de um lado, o Aparelho Repressivo de Estado, e de outro os Aparelhos Ideológicos de Estado", sendo que o primeiro garante, pela força, o exercício do poder nos últimos.

As conclusões a que chega o ensaísta podem ser assim resumidas: 1) "todos os Aparelhos Ideológicos de Estado, de qualquer tipo, concorrem para o mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, ou seja, as relações capitalistas de exploração"; 2) "cada um deles concorre para esse resultado único da maneira que lhe é própria"; 3) "enquanto o Aparelho Repressivo de Estado constitui uma unidade organizada (...), os Aparelhos Ideológicos de Estado são múltiplos, distintos, relativamente autônomos, e suscetíveis de oferecer um campo objetivo a contradições que, sob formas tão limitadas quanto extremas, expressam os efeitos dos choques entre a classe capitalista e a classe proletária"; 4) assim, nos Aparelhos Ideológicos de Estado, é a ideologia dominante quem comanda a música, porém, esta "partitura úni-

ca" é ocasionalmente perturbada por contradições que se constituem a partir de "resquícios das antigas classes dominantes" e da resistência "dos proletários e suas organizações"; 5) na sociedade capitalista, é a escola o Aparelho Ideológico de Estado dominante, desempenhando nesta medida o papel que era exercido pela Igreja na sociedade servil (feudal); é na escola, predominantemente, que se promove a inculcação ideológica, onde se formam os futuros trabalhadores (aptos para representarem seu papel no processo produtivo), os "pequenos-burgueses de todo o tipo", os "intelectuais do trabalhador coletivo", os agentes da exploração, os da repressão e os "profissionais da ideologia".

5. As ideologias e a ideologia "em geral"

O problema da ideologia constitui o objeto do segundo extrato do "estudo em curso". É, de certa forma, tributário do primeiro; Althusser considera necessário dizer "algumas palavras" sobre a ideologia em razão daquele trecho da primeira parte, em que afirmou que, enquanto o Aparelho Repressivo de Estado funciona com a violência e a repressão, os Aparelhos Ideológicos funcionam com a palavra, a ideologia.

Lembra que a expressão foi utilizada pela primeira vez por Cabanis e Destutt de Tracy: a ideologia significava então o estudo da gênese das idéias. Marx a retoma

num sentido "muito distinto". Em suas obras da juventude, a ideologia designa "o sistema de idéias, de representações, que domina o espírito de um homem e de um grupo social". Em **A Ideologia Alemã**, chega a formular uma teoria da ideologia, mas trata-se de uma "tese positivista-historicista" (portanto e paradoxalmente, embora do punho de Marx, "não é marxista") que define a ideologia pelo conteúdo negativo, pensando-a como os psicólogos pré-freudianos concebiam o sonho: a ideologia seria então uma "construção imaginária, um puro sonho, vazio, constituído com os 'resíduos diurnos' da única realidade plena e positiva, a da história concreta de indivíduos concretos, materiais, produzindo materialmente a sua existência".

Althusser distingue entre as ideologias e a ideologia "em geral". As primeiras têm história própria, que não deixa de remeter à história da sociedade de classes — que significa que cada ideologia em particular exprime, a seu tempo, determinadas posições de classe. A ideologia "em geral", cuja teoria ele procura elaborar, preenchendo uma lacuna do marxismo, guarda, como sugere o contexto do ensaio, um sentido similar ao que Marx atribuía à "produção em geral": "A **produção em geral** é uma abstração, mas uma abstração racional à medida que

isola e fixa os aspectos comuns, poupando-nos das repetições"². Analogamente, a ideologia "em geral" seria uma "abstração racional"; no entanto, onde Marx, no caso da "produção em geral", buscava um conceito (uma generalização dos "aspectos comuns"), Althusser buscará, no caso da ideologia "em geral", um modelo, um esquema teórico da estrutura e do funcionamento mais geral da ideologia.

De acordo com o esquema, a ideologia "em geral" não tem história, mas num sentido positivo e para-freudiano: "a ideologia é eterna" tal como, segundo Freud, "o inconsciente é eterno", isto é, se estrutura e funciona de uma forma imutável através da história, ainda que constituída de conteúdos diferentes de época para época. É pela imutabilidade da sua forma (da sua estrutura e funcionamento) que se pode conceber a ideologia "em geral" como "uma realidade não-histórica, onipresente, no sentido de que esta estrutura e este funcionamento, sob uma mesma forma imutável, estão presentes no que se chama a história toda, aquela que o **Manifesto** define como sendo a história da luta de classes, ou seja, a história da sociedade de classes".

O autor propõe três teses sobre a ideologia "em geral", advertindo que, embora não sejam imprevistas, "não podem ser sus-

2. Cf. Karl Marx, "Introdução à Crítica da Economia Política", in David Horowitz (org.), **A Economia Moderna e o Marxismo**, Rio, Zahar Editores, 1972, p. 23.

tentadas e provadas, ou seja, confirmadas e retificadas senão por estudos e análises em profundidade": 1) "a ideologia é uma 'representação' da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência"; 2) a ideologia tem uma existência material; 3) a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos. Procura depois exemplificá-las analisando uma ideologia particular — a ideologia religiosa cristã.

Com a primeira tese, que retoma e altera as propostas de **Pour Marx**³, Althusser supõe encontrar uma noção que explica o caráter imaginário da ideologia. Por que é necessário que os homens representem de forma imaginária as suas condições de existência?, pergunta. Remete às duas respostas já dadas a esta questão: a "mecanicista", do século XVIII, segundo a qual são os poderosos que "formaram as Belas Mentiras para que os homens, crendo obedecer a Deus, obedeçam em realidade aos sacerdotes a serviço dos Déspotas", a do Marx das obras da juventu-

de, de acordo com o qual a transposição imaginária é um produto do trabalho alienado. Estas respostas, segundo o autor, são insuficientes⁴. É para ultrapassá-las que ele propõe que "não são as suas condições reais de existência, seu mundo real, o que os homens se representam na ideologia, mas sim, antes de tudo, sua relação com essas condições de existência" e "é nesta relação que está contida a 'causa' que pode dar conta da deformação imaginária da representação ideológica do mundo real".

A tese segundo a qual a ideologia tem uma existência material — não se tratando evidentemente, como alerta o autor, da "mesma modalidade de existência material de um tijolo ou um fuzil" — pretende simplesmente mostrar que a ideologia existe como "atos inseridos em práticas" que, por seu turno, "estão reguladas por rituais que se inscrevem no seio da existência material de um aparelho ideológico". Em resumo, a ideologia tem uma existência material na

3. Cf. Louis Althusser, "Marxismo e Humanismo": "Na ideologia, os homens expressam, com efeito, não as suas relações nas suas condições de existência, mas a maneira como vivem a sua relação às condições de existência: o que supõe, ao mesmo tempo, relação real e relação 'vívida', 'imaginária'". In **A Favor de Marx (Pour Marx)**, Rio, Zahar Editores, p. 206. De modo geral, as observações deste ensaio — que já apresenta a interessante aproximação entre a teoria da ideologia e a do inconsciente — me parecem mais produtivas (porque mais flexíveis e menos esquemáticas) que as teses de **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**.

4. Uma consideração — sensata, anti-dogmática e pouco ortodoxa — sobre estas duas respostas está presente, de certa forma, no mesmo ensaio de **Pour Marx** (ibidem, p. 207): "Mas a classe dominante não mantém com a ideologia dominante, que é a sua ideologia, uma relação exterior e lúcida de utilidade ou de astúcia puras".

medida que o indivíduo age segundo crenças comandadas por aquela ideologia, no interior de cada Aparelho Ideológico de Estado.

A terceira tese parte da distinção entre "os indivíduos concretos, por um lado, e os sujeitos concretos, por outro", sustentando que "toda ideologia interpela os indivíduos concretos como sujeitos concretos, pelo funcionamento da categoria de sujeito" — categoria que é "constitutiva de toda ideologia" no mesmo passo em que é por ela constituída. Que o indivíduo seja sujeito é algo que reconhecemos como evidente por força do funcionamento próprio da ideologia. Um exemplo: um indivíduo anda pela rua; em dado momento, alguém o interpela — "ei, você aí!"; nesse momento o indivíduo interpelado é reconhecido e se reconhece como sujeito. "Vocês e eu — explica Althusser — somos sempre, já, sujeitos, e como tais praticamos sem interrupção os rituais do reconhecimento ideológico que nos garantem que somos sujeitos concretos, individuais, inconfundíveis e (naturalmente) substituíveis". Na verdade, "pela configuração ideológica familiar", o indivíduo é concebido como sujeito antes mesmo de existir concretamente como indivíduo.

No tópico dedicado à análise da ideologia religiosa cristã, o ensaísta procura mostrar como es-

ta interpelação do indivíduo como sujeito funciona na sociedade capitalista. "O indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para que se submeta livremente às ordens do Sujeito; portanto, para que aceite (livremente) sua sujeição, portanto para que cumpra sozinho os gestos e atos da sua sujeição". A ambigüidade da palavra "sujeito" exprimiria o que é, na prática social (material), o jogo duplo da ideologia: esta nomeia e convoca o indivíduo como "subjetividade livre, centro de iniciativa e autor responsável de seus atos" de maneira que se converta concretamente em "um ser sujeitado, submetido a uma autoridade superior, despojado de toda a liberdade, salvo a de aceitar livremente sua submissão". "Bons sujeitos" serão aqueles que "marcham 'sozinhos'", cumprem por si mesmos os rituais ideológicos, enquanto "maus sujeitos" são os que "provocam a intervenção ocasional deste ou daquele destacamento (repressivo) do Estado".

Fechando o círculo, a "realidade em questão" neste mecanismo ideológico é "em última instância, a reprodução das relações que dela dependem". Constituída pela categoria do sujeito, ao mesmo tempo em que a constitui, a ideologia faz da reprodução das relações de produção um processo "necessário", tão ignorado quanto assegurado na interpelação dos indivíduos como sujeitos.